

Algumas reflexões sobre o estudo da História Ambiental da/na cidade¹

Diego Mendes Cipriano²
Carlos Roberto da Silva Machado³

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo discutir a problemática ambiental urbana forjada pela modernidade capitalista, visando estabelecer fundamentos teóricos para um estudo de caso, sobre a cidade do Rio Grande (Brasil). Para isso, dividimos este artigo em três partes constitutivas. Na primeira, apresentamos a problemática da natureza da/na globalização capitalista, conferindo especial atenção à realidade sócio-ambiental contemporânea. Na segunda, tratamos da emergência da História Ambiental, discutindo o caráter interdisciplinar deste campo do conhecimento, sobretudo na interface com a Geografia, e também algumas de suas possibilidades investigativas. Finalmente, na terceira parte, situamos a questão ambiental urbana como estratégica no seio da globalização neoliberal, entendendo a cidade quer como espaço direcionado à reprodução do sistema capitalista e de sua hegemonia, quer como forma de superção do atual paradigma sócio-econômico-ambiental.

Palavras-chave: Cidade, Natureza, História, Globalização, Produção.

1. A Natureza da/na globalização capitalista

Sabemos que a colonização européia das Américas, sob a égide do *capitalismo comercial*, inaugurou um processo milenar de exploração e uso dos recursos naturais ainda em curso nos dias que correm. Este processo colonizatório, inaugurado no século XV e XVI, se fez acompanhar de um grande movimento de povos e de um significativo intercâmbio de gêneros naturais, desde vírus e animais até plantas e tecnologias diversas. Paulo Henrique Martinez (2006) acrescenta que esta onda colonizatória trouxe imensos problemas sociais e desequilíbrios ambientais em nosso planeta, ocasionando guerras e disputas territoriais naquele contexto e futuramente. Assim,

A história econômica, política e cultural do século XIX é a história da expansão da indústria e da captura, pelas nações européias, de territórios fornecedores de recursos naturais e de mercados consumidores de bens industrializados. Estes impulsos, econômico e político, alimentaram uma autêntica predação ambiental, e muitas vezes militar, de várias partes do mundo, configurando no século XIX um processo histórico de dominação social que ficou conhecido como imperialismo. (MARTINEZ, 2006: 44)

¹ Este trabalho é baseado em pesquisa dos autores financiada pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ / Brasil* (2008/09).

² Acadêmico do curso de História – Bacharelado da *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*, Rio Grande/RS, Brasil. E-mail: diego_cipriano@yahoo.com.br.

³ Professor Doutor em Políticas Públicas da Educação da *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*, Rio Grande/RS, Brasil. E-mail: karlmac@ig.com.br.

Sob o ponto de vista do materialismo histórico, perceberemos que a trajetória humana irá conduzir a gradativa separação entre sociedade e natureza, que irá se consumir com o advento do trabalho assalariado e do modo de produção capitalista. (MARTINEZ, 2006: 52). Sendo assim, a partir da década de 1970, o desenvolvimento científico e tecnológico irá potencializar a já existente acumulação de capital, constituindo aquilo que David Harvey chamou de “modo de acumulação flexível” (HARVEY, 1993). Isto faz com que os processos produtivos, voltados à *mais-valia global*, adquiram um caráter extraterritorial que sobrepõe os limites locais e ambientais.

Neste contexto, os países industrializados do hemisfério norte passam a liderar significativas mudanças no relacionado à implantação de novas tecnologias nas relações sociais, na esfera produtiva e nas relações políticas e comerciais entre países e continentes. Os governos passaram a desenvolver políticas conhecidas como “neoliberais” na década de 1980 e, no início dos anos noventa, através do Consenso de Washington, ampliaram a “globalização” do sistema-mundo capitalista a todos os espaços do planeta. Desse modo,

o gigantesco valor econômico que a biodiversidade foi adquirindo nos últimos anos, ampliado pelas ameaças reais de extinção de muitas formas de vida, inúmeras delas ainda desconhecidas e pouco estudadas, desperta atenções para o meio ambiente e para o relacionamento dos seres humanos com a natureza em diferentes épocas e sociedades. (MARTINEZ, 2006: 14)

Admite-se que o incremento tecnológico ensejou o desequilíbrio ambiental do planeta e, por via da interação entre homem e meio ambiente, transformou significativamente a natureza (SCANDURRA, 2002: 142-3). E, tal modelo técnico adotado pela globalização coloca-se acima dos recursos naturais e humanos existentes, convertendo a natureza a serviço do capital. Esta lógica mundial guia os investimentos, a circulação das riquezas e a distribuição das mercadorias. A globalização faz com que cada lugar esteja conectado em torno de interesses mundiais ou locais, tornando a natureza hostil aos homens (SOARES, 2006).

Nos dias que correm, a questão ambiental está em voga e já muito difundida, presente nos meios de comunicação, no mundo político, na esfera acadêmica e também na popular ou cotidiana. Esta é, por assim dizer, a “questão do século” e encontra-se na pauta das relações internacionais. (SCANDURRA, 2002: 136). Esta notoriedade em relação aos assuntos ambientais, verificada nas últimas décadas, pode ser atribuída às grandes mudanças nas relações sociais e dos homens com a natureza.

Fenômenos como a contaminação do ar, das águas e dos solos, catástrofes naturais, doenças desconhecidas até pouco tempo, alterações no clima e nas paisagens, ameaças à biodiversidade, tornaram-se crescentes e desencadearam efeitos sobre a vida humana, para os quais são buscadas alternativas nos dias que correm. (MARTINEZ, 2006: 11)

As instituições ocidentais não parecem capacitadas a enfrentar esta crise ecológica que ameaça a existência da humanidade, que ocorre sob os efeitos de uma racionalidade estruturada a partir da revolução científica do século XV. Temos, pois, que o atual estilo de vida e as concepções assumidas pelos indivíduos distanciam-se mais e mais de uma coexistência com a natureza. (SCANDURRA, 2002: 137). Desse modo, o processo de civilização da espécie humana assume uma face terrivelmente ameaçadora, estando caracterizada pela mercantilização da vida e na colonização das mentalidades. Assim, não bastaria que modificássemos o ritmo atual do desenvolvimento econômico global ou que o reajitássemos no sentido de considerar a natureza. Seria necessário, pois, a constituição de um profundo sendo de autocrítica a respeito das idéias equivocadas que temos sustentado sobre a natureza e os homens. (SCANDURRA, 2002: 139).

Sabemos que não existe uma forma unívoca de relacionamento com o mundo natural, já que a mesma decorre das concepções que os homens sustentam sobre a natureza. (MARTINEZ, 2006: 40). Desta forma, as relações sociais, vinculadas a um determinado espaço, acabam por modelar o território e o meio ambiente. Entende-se, pois, que as diferentes sociedades humanas produzem suas concepções sobre o mundo natural, que se coadunam com o seu respectivo *modo de produção*:

todas as formações sociais constituem significações sobre a natureza que são 'funcionais' a seus modos de produção, de maneira que suas concepções da natureza correspondem com suas formas de apropriação da natureza. Esta relação entre as visões de mundo e as formas de intervenção sobre a natureza não somente cristaliza um metabolismo entre sociedade e natureza; ao mesmo tempo forja sentidos existenciais e modos de vida; identidades coletivas e atores sociais que mobilizam a história. (LEFF, 2005:16)

À guisa de conclusão, podemos afirmar que as relações sociais, sócio-ambientais e as concepções de natureza constituem-se enquanto produtos da própria História, já que são construídos socialmente. É neste sentido que colocamos a possibilidade de estabelecermos relações produtivas cujo impacto ambiental seja o menos degradante possível, onde os homens e a natureza não sejam concebidos como mero recursos a serem utilizados e descartados. O nosso ponto de vista é o da sustentabilidade sócio-ambiental na relação dos homens entre si, e destes com o mundo natural.

2. A emergência da História Ambiental

O desafio ambiental que presenciamos nos dias atuais traz a necessidade de adotarmos uma nova postura investigativa. No âmbito das ciências, enfatizamos o papel da História, disciplina tradicionalmente vinculada à abordagem de temáticas concernentes ao passado humano. Todavia, Paulo Martinez defende uma nova proposta historiográfica que dê conta da exploração dos homens e da natureza no passado/presente, assim como dos efeitos produzidos, no mundo natural, pelas diversas formações sociais e econômicas (MARTINEZ, 2006: 18).

Henrique Leff, para expressar a sua insatisfação perante às possibilidades da História, afirma que a mesma é “uma das mais atrasadas entre as ciências sociais” por vários motivos. Esqueceu que os fatos históricos são condicionados pelo ambiente natural, colocou de lado a destruição da natureza ao veicular a supremacia do homem e de suas ações e negou-se a questionar o tempo (LEFF, 2005: 11). Neste sentido, faz-se necessário incorporar variáveis ambientais nos estudos históricos, visando inserir a natureza na História (DRUMMOND, 1991; LEFF, 2005).

Aqui, referimo-nos à chamada História Ambiental, que nos capacita a descobrir a natureza enquanto agente da História, considerando que outras forças significativas atuam sobre o tempo (WROSTER, 1991: 1). Diante da crise ambiental vivenciada pela humanidade e da urgência em refundarmos nossas concepções e práticas sócio-ambientais de acordo com a sustentabilidade, a História Ambiental apresenta grande relevância como campo do conhecimento humano. Ela nasce de motivações morais e compromissos políticos e, ao amadurecer, transfigura-se em empreendimento acadêmico e complexifica-se.

A História Ambiental configura uma nova forma de estudo das relações entre homem e natureza, considerando o meio ambiente enquanto agente e presente na história da humanidade. Também, permite uma análise a nível mais global ao vincular os fenômenos ambientais à fatores condicionantes que extrapolam as fronteiras nacionais (FREITAS, 2006: 4). Donald Wroster acredita que o objetivo primeiro da História Ambiental consiste em aprofundar a compreensão relativa aos impactos que os seres humanos sofrem de seu ambiente natural e vice-versa (WROSTER, 1991: 2). Esta nova prática historiográfica destaca-se pelo estudo das relações sociais e, a partir das mesmas, das relações estabelecidas com a natureza (MARTINEZ, 2006: 19). Ainda segundo Paulo Martinez,

a primeira tarefa está na preparação dos historiadores para lidar com essa abordagem do passado, a das relações entre sociedade e natureza. Esta última concebida como parte do processo social, ou seja, a dimensão física e material que adquire valor e significado pela sua inserção na vida cotidiana dos seres humanos, pois o ambiente é, necessariamente, uma construção social. Uma natureza com face humana. (MARTINEZ, 2006: 21)

A história ambiental refuta a idéia segundo a qual a experiência das sociedades humanas deu-se sem limitações de cunho natural, evidenciando que os homens não advem de uma espécie especial ou "eleita" para a "dominação do mundo". Dessa forma, conseqüências de feitos ecológicos passados não podem ser ignoradas nos dias atuais. (WROSTER, 1991: 2). Eis a necessidade de fazer emergir visões que permitam repensar/superar formas dominantes de intervenção na natureza (LEFF, 2005: 18). Estava proposta historiográfica, ao tornar possível descortinar concepções de natureza no discurso que coadunem com a utilização sustentável dos recursos, não consiste apenas em um estudo de um passado humano estanque, mas sustenta em si um cunho propositivo:

Esta nova visão de história não é somente um olhar retrospectivo das formas sociais de destruição ou de coevolução com a natureza; é também um enfoque prospectivo para a reconstrução das relações sociais em direção da sustentabilidade. (LEFF, 2005: 17)

O "tempo da sustentabilidade" surge como alternativa de superação às formas predatórias de relacionamento dos homens com a natureza, as quais colocam em risco a vida planetária. Nesse sentido, as concepções de sustentabilidade procuram situar o sentido da existência humana e estratégias para a re-apropriação da natureza mediante novas concepções para o reestabelecimento de um planeta sustentável:

A sustentabilidade anuncia, deste modo, o nascimento do que ainda não é, a partir do potencial do real, a gestão do possível e a forja da utopia. A sustentabilidade encontra sua razão e sua motivação, não nas leis objetivas da natureza e do mercado, e sim no pensamento e no saber; em identidades e sentidos que mobilizam a reconstrução do mundo. (...) A crise ambiental anuncia uma mutação histórica na criação de novos sentidos para a reconstrução do mundo, a partir da crise ambiental da modernidade. A partir dos limites da razão insustentável, a história se abre para uma resignificação do ser, para uma diversidade de modos de vida e racionalidades produtivas fundadas nas potencialidades da natureza, nos significados da cultura e nos sentidos do tempo. (LEFF, 2005: 21)

A História Ambiental, campo eminentemente interdisciplinar, permite um significativo diálogo com a Geografia (FREITAS, 2006: 1). Afirma Donald Wroster que os historiadores ambientais, para chegarem às suas conclusões, ampoiam-se numa variedade de geógrafos. Estes ajudaram os historiadores a perceber que, ao inves de

sermos moldados pelo ambiente, estamos cada vez mais assumindo essa moldagem, e por vezes com consequências desastrosas. Atualmente, a responsabilidade que se coloca tanto à História como à Geografia, é a de desvendar o motivo pelo qual os povos modernos têm tentado escapar das restrições da natureza, no sentido de evidenciar os efeitos ecológicos desta atitude (WROSTER, 1991: 16-17).

Muitos são os aspectos comuns entre a História Ambiental e a Geografia. Sendo assim, os geógrafos devem estar atentos às propostas dos historiadores ambientais no sentido de se compreender as relações estabelecidas entre natureza e sociedade e, inversamente, contribuindo com esta disciplina. Ines Aguiar de Freitas acrescenta que a Geografia, em sua caminhada, recorreu a abordagens e objetos comuns à História Ambiental, estreitando a distância entre as duas disciplinas. Assim, a História Ambiental nasce da própria História, passando a constituir um ramo do conhecimento calcado na interdisciplinaridade, característica que permite uma grande aproximação com a Geografia. Ressalta-se que o fio condutor entre a História Ambiental e a Geografia é o fato de ambas visualizarem o homem como transformador do meio ambiente e que este último restringe as próprias alterações humanas. O homem, assim, é visto como ainda sujeito às restrições impostas pela natureza (FREITAS, 2006).

A História Ambiental, como já referido, consiste sobretudo na tentativa de "colocar a sociedade na natureza". Com isso, busca equilibrar a interação entre sociedade e meio ambiente (DRUMMOND, 1991), recebendo subsídios de muitas outras disciplinas. Numa era de interdependência global, a cooperação interdisciplinar faz-se necessária aos pesquisadores, à própria História Ambiental e ao nosso planeta (WROSTER, 1991: 16).

Atualmente, em nosso país e outras partes do mundo, a História Ambiental não está bem definida. É nesse sentido que os geógrafos não devem prescindir desta disciplina, na medida em que a mesma tem a natureza como objeto, acreditando que esta resulta simultaneamente de processos naturais e humanos.

3. História, Natureza e Cidade: a História Ambiental Urbana

Ao discorrermos sobre a *natureza*, é comum que pensemos imediatamente na natureza primeira, aquela composta por rios, bosques e florestas. Esta natureza seria aquela que existe independentemente da intervenção transformadora dos seres humanos, através das relações sociais produtivas. No entanto, torna-se significativo mencionar a existência de uma natureza produzida socialmente pelo trabalho humano. Assim, defendemos que os homens interagem no "ambiente social", e produzem um "ambiente construído", a partir da "natureza física". Criam, assim, uma "segunda natureza", fazendo com que a semelhança entre "natureza" e "artefato" seja significativamente minimizada. É válido afirmar que o ambiente construído expressa a cultura e tem obtido grandes progressos com a história da *cidade* (WROSTER, 1991: 4).

Chamamos de "cidade" esta segunda natureza produzida pelos homens em suas relações sociais, considerando que o próprio ambiente urbano possui uma origem histórica e assume diversas configurações ao longo do tempo. De acordo com Ana Fani Carlos,

Essa dimensão histórica é fundamental para a compreensão da natureza da cidade. Ela é essencialmente algo não definitivo; não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história. (CARLOS, 1999: 57)

A historicidade do meio ambiente urbano revela que a cidade assume características e funções distintas em cada época, conforme a divisão social do trabalho e a configuração do poder político. E tal cidade, produto do trabalho na esfera social e técnica, constitui-se como "trabalho materializado" decorrente de um determinado processo produtivo das/nas sociedades. Ela consiste na materialização do trabalho social e instrumento de mais-valia, no seio da qual se instituem diversos tipos de relações sociais. No sistema capitalista, a forma com que se dá a apropriação do espaço é determinada pelas trocas estabelecidas no mercado e via propriedade privada dos meios de produção. Assim, o espaço produzido irá refletir as contradições de uma sociedade de classes:

O desenvolvimento histórico produz um espaço a partir da unidade dialética homem-natureza. Pelo processo de trabalho social, enquanto produto da existência humana, o espaço geográfico é construído no processo de desenvolvimento da sociedade. O processo de reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social. (CARLOS, 1999: 29)

Desta forma, o espaço urbano está intimamente ligado à sociedade e a sua reprodução redefine as condições de reprodução do capital e da sociedade de uma forma mais ampla. Temos que a reprodução do espaço urbano é produto sócio-histórico, constituindo-se como realidade imediata na esfera de vida dos homens. Num dado momento histórico, esta reprodução reflete a forma de ocupação e/ou utilização de um lugar específico, realizando-se no cotidiano das pessoas. Assim,

o espaço é produto, condição e meio do processo de produção da sociedade em todos os seus aspectos. O espaço é entendido em função do processo de trabalho que o produz e reproduz a partir da relação do homem com a natureza. Assim, o espaço se cria a partir da natureza que é totalmente transformada no curso de gerações. (...) (CARLOS, 1999: 50).

Para Henri Lefebvre, toda obra histórica possui um objetivo e inscreve-se no espaço, sendo que a própria história demonstra o domínio do espaço sobre o tempo. Nesse sentido, um espaço social consiste num emprego de tempo, no sentido de construir um espaço no qual o tempo de vida e felicidade seria o bem supremo (MACHADO et. ali, 2008). Desse modo,

a cidade é condição geral da produção, e este fato impõe uma determinada configuração ao urbano, aparecendo enquanto fenômeno concentrado, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho, formando uma aglomeração que, no capitalismo, tem em vista o processo de acumulação. (...) a cidade é o locus da concentração dos meios de produção e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo. (CARLOS, 1999: 73)

No relacionado à questão das cidades, é interessante mencionar que o século XX foi considerado o "século da urbanização", momento no qual a maior parte da população do globo passou a viver em centros urbanos. Tal fato representa uma ruptura com uma história humana em que a maioria dos homens desempenhava atividades agrícolas. Então, passa a ser justificado o interesse de vários campos do conhecimento em estudar a cidade, agora considerada uma forma específica de organização social (BARROS, 2007: 7-8).

Para Pompeu Figueiredo de Carvalho e Roberto Braga (2003), a atual questão urbana confunde-se mesmo com a ambiental, na medida em que cerca da metade da população do globo terrestre vive em cidades. No Brasil, segundo dados de 2000, o nível de urbanização chegou a 81%. E se considerarmos que os 20% que vivemos no campo, observaremos que a vida está sendo penetrada rapidamente com os hábitos urbanos (SOARES, 2006). Esta migração no sentido do ambiente urbano pode ser

explicada pela atração que a vida citadina exerce sobre populações em busca de melhores condições de existência (OLIVEIRA, 2002).

No intento de sobreviver num ambiente ao qual não está adaptado, o gênero humano necessita de um ambiente artificial (a cidade) que possa defendê-lo do mundo natural, considerado por ele como ameaçador. Aqui, o homem vê-se em luta aberta com a natureza primeira (SCANDURRA, 2002: 143). A própria separação entre cidade e natureza refletiria a disjunção entre mente e natureza. Passam a contrapor-se artificial e natural, natureza e cultura, natureza e técnica. A cidade, seria um artefato destinado a suprir as deficiências da natureza. Desta forma,

Hoje, a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloqüente. (CARLOS, 1999: 26)

Portanto, a cidade consiste num produto/obra humana, revelando a dimensão do movimento dos homens em sua existência. Ela é significativamente distinta do campo, quer pelas atividades que encerra, quer pela construção/realização de um espaço radicalmente distante da natureza primeira, mas conservando a sua dimensão natural. Através do trabalho dos homens, a cidade é constantemente transformada e, com isso, modifica substancialmente a vida do cidadão comum e seu cotidiano. Assim, transforma as relações com a cidade e com o outro, reconfigurando as formas de apropriação e a forma com que o espaço se reproduz (CARLOS, 1999: 91). Desta forma, pode-se afirmar que a cidade é a síntese da relação com a natureza que se dá através do tempo (história) e no espaço (contexto social e global) (MACHADO et. ali, 2008).

O fenômeno urbano, devido à sua complexidade, passou a ser objeto de reflexões por parte de historiadores e cientistas sociais. Estes pensadores, ao longo do século XX, produziram interessantes estudos e abordagens sobre as cidades (BARROS, 2007: 7). Sabemos que as primeiras reflexões modernas sobre a cidade iniciaram-se no século XIX, quando surgem os primeiros estudos sobre a cidade enquanto forma mais específica de organização social, na historiografia e na sociologia. A partir da mencionada centúria, historiadores e outros pensadores tentam compreender a especificidade do “viver urbano”. Então,

um campo de estudos que começa a analisar a cidade como um espaço que corresponde a um viver próprio que é passível de ser estudado mais sistematicamente sob o ponto de vista das ciências sociais, aliás, em formação, eis aqui uma contribuição mais específica que só poderia ser trazida pelo século XIX. (BARROS, 2007:10)

Com o advento da urbanização, passamos a viver num mundo em vias de se superpovoar. Era a época de emergência das sociedades industriais, quando o homem ocidental busca refletir cientificamente sobre a cidade, isto é, provavelmente tencionava:

compreender os problemas científicos deste *habitat* ao qual boa parte da humanidade parecia destinar-se. Queria refletir sobre a organização da vida citadina, sobre as origens imemoriais do fenômeno urbano, e sobre as formas históricas da urbanização – talvez na ânsia de legitimar aquela nova forma de urbanização à que a sua civilização parecia estar cada vez mais confinada. (BARROS, 2007: 11)

O século XIX, assim, passa a ser amplamente conhecido pelo fenômeno da industrialização, das lutas sociais no mundo urbano e das utopias sociais. Este século de fato era herdeiro dos sonhos iluministas e revolucionários, tendo sido permeado por teorias filosóficas que desenhavam uma sociedade ideal, no interior da qual a cidade desempenhava um importante papel. Dentre estas formulações filosóficas estava o marxismo, que visava compreender o mundo do capital por intermédio da luta de classes e da perspectiva de transformação social, que trazia o ideal de esperança num mundo mais justo:

O campo marxista situa a análise do fenômeno urbano no entrecruzamento do fator econômico e do fator político. A cidade insere-se antes de mais nada em um sistema econômico-social – ou, mais propriamente, em um ‘modo de produção’ específico. Ao mesmo tempo, o ambiente urbano é um palco privilegiado para as lutas político-sociais. Nos seus vários casos, a cidade deve ser sempre situada historicamente. (BARROS, 2007: 60)

Lefebvre defende que as cidades, embora não tenham nascido da industrialização, contribuíram para o desenvolvimento industrial e o acúmulo de capitais. Elas teriam representado um importante papel na "arrancada" da indústria (MACHADO et. ali, 2008). Por meio desta industrialização, o capitalismo trouxe à cidade a generalização do *valor de troca* em detrimento do *valor de uso* (LEFEBVRE, 1968). Na cidade, os atributos econômicos estão acima de todos os outros, o que evidencia o surgimento da cidade capitalista. Assim, os meios de vida/sobrevivência passaram a ser assuntos do mercado, numa lógica de produtividade e consumo:

As catedrais, apesar de construídas pelo homem, pertencem a Deus; já as cidades de hoje, pertencem ao capital. Para usufruir da primeira é necessário a subjugação a Deus, seguir seus mandamentos. No caso da cidade é a subjugação do homem às necessidades de reprodução do capital; onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer. (CARLOS, 1999: 12)

Acentua-se a divisão do trabalho e cria-se novas necessidades de consumo, o que está de acordo com a generalização no estabelecimento do valor de troca. Desse modo, o ambiente urbano será o lugar onde a natureza está inserida na lógica de consumo. A natureza, consistindo naquilo que não é produzido pelo homem, um valor de uso, transforma-se em valor de troca a ser explorado no sistema capitalista. O trabalho, a indústria e a técnica constituem-se em mediações entre o homem e a natureza. Assim, cria-se um mundo humano e uma natureza com face humana, que se subordina e se integra ao mundo dos homens (LEFEBVRE, 1968).

Conforme Maria Lucia de Amorim Soares (2006), a cidade caudatária da Antiguidade de nossa história foi substituída por outra moderna e seletiva. O aumento inconsequente da cidade promove uma alteração na distribuição das atividades desempenhadas pelos habitantes. A racionalidade urbana passa ser exclusivamente a do lucro, que incide sobretudo nas camadas menos favorecidas da sociedade, localizadas nas zonas periféricas. No interior da cidade existem, assim, dois extratos territoriais: as áreas "luminosas" e as "opacas". As primeiras, onde vivem os mais abastados, se sobrepõem às segundas, caracterizadas pela população mais humilde:

No capitalismo, a produção e o desenvolvimento do urbano vinculam-se à instalação e crescimento (direto ou indireto) da atividade industrial e das atividades que a indústria cria. Com o surgimento do fenômeno industrial, o urbano muda de conteúdo. Ao mesmo tempo é na cidade, devido ao seu grau de concentração espacial, que aflora mais claramente a contradição de classes, tão nítida na paisagem dos bairros. Essa contradição se manifesta pelo contraste entre a riqueza e a pobreza. É no urbano que se manifestam mais claramente as relações de produção capitalistas e onde a violência se faz maior. (CARLOS, 1999: 78)

A reprodução do espaço urbano forja uma sociedade dividida em classes sociais, sendo ela um produto apropriado de modo distinto pelos cidadãos. Isto faz da cidade o campo privilegiado da luta de classes, já que o processo histórico advém do conflito motivado pelas contradições sócio-econômicas em seu interior. Conforme Pompeu de Carvalho e Roberto Braga (2003), em nosso mundo urbano, o fenômeno da urbanização amplia espaços e tempos, trazendo consequências negativas às futuras gerações. Faz-se necessário, pois, reencontrar a natureza nas cidades visando garantir a sua continuidade. Como vivemos numa sociedade desigual, a apropriação que o homem faz da natureza também é desigual, afetando diferenciadamente as diversas camadas da sociedade. Sendo assim, é comum pensarmos que os problemas ambientais não atingem a totalidade do espaço urbano, incidindo com maior intensidade onde vivem as classes

menos favorecidas, as quais presenciam a desvalorização do seu espaço de vida devido a insalubridade e aos riscos ambientais a que estão sujeitas. As classes menos favorecidas da cidade, vivendo em áreas dotadas de precariedade, são levadas suportar maiores investimentos relativos à sua moradia, visando minimizar os impactos ambientais. Desse modo, reproduz-se e reforça-se a pobreza das camadas subalternas. Por vezes, as perdas econômicas e morais destas classes coexistem até mesmo com os óbitos advindos das situações de risco em que vivem. Isto faz da *questão ambiental* uma questão também *ética*.

No capitalismo, a cidade irá assumir o papel de mediadora entre o global e a esfera cotidiana de vida dos homens. Esta cidade será vista como o centro das atenções do sistema capitalista visando a produção e reprodução das relações sociais no cumprimento de sua lógica:

O desenvolvimento das forças produtivas produz mudanças constantes e com estas, a modificação do espaço urbano. Estas mudanças são hoje cada vez mais rápidas e profundas, gerando novas formas e configurações espaciais, novo ritmo de vida, novo relacionamento entre as pessoas, novos valores. Por outro lado, o espaço é cada vez mais o espaço mundial e as relações entre os homens dependem cada vez mais de decisões tomadas a milhares de quilômetros de seu local de residência. (CARLOS, 1999: 27).

É neste sentido que o local, ou seja, o nível elementar das relações sociais entre os humanos, deve estar inserido no conjunto das reflexões sobre a globalização, naquilo que Immanuel Wallerstein (2001) chama de *sistema-mundo*. Por isso, torna-se importante pensar o urbano desde as relações sociais dos humanos com a natureza (ambiente) e inseridas no contexto do sistema mundial.

A crise do modelo desenvolvimentista presente no processo de globalização enseja um momento de transição histórica na direção de uma mudança sócio-econômico-ambiental. As camadas menos favorecidas, em suas precárias condições de vida na cidade, colocam em suspenso o futuro das grandes cidades brasileiras no interior de um mundo globalizado e excludente em que predomina o interesse do grande capital (RIBEIRO, In OLIVEIRA, 2002: 86). Assim, urge ampliar o sentido de comunidade, fazendo com que a cidade possa abrigar todos aqueles que nela vivem, sendo estes cidadãos ou elementos oriundos de outras proveniências. Tornar-se-ia necessário, ao homem, recuperar o sentido de espécie, renunciar ao controle planetário no sentido da contemplação. Por fim, opor a idéia de conhecimento à de domínio. Desse modo, a

cidade contemporânea deverá sediar a inteligência planetária no sentido de redefinir o equilíbrio mundial. À noção de domínio ilimitado, deveremos propor a chamada "ética do finito", do cuidado e da convivência, visando reestabelecer a harmonia perdida com o nosso planeta e resignificar o sentido de habitar (SCANDURRA, 2002: 151 e 152).

O ambiente urbano e o cotidiano dos seus habitantes, sob a perspectiva da educação ambiental, enseja uma vinculação com as relações de *cidadania* existentes na sociedade. Nesse sentido, a cidade aparece estreitamente relacionada à idéia de emancipação dos indivíduos. Cidadania seria a vida em sociedade que tem em conta o respeito aos direitos dos homens e comunidades, no sentido de uma vida mais justa e democrática com o fim dos grandes males que afetam a sociedade, como a fome e a violência, para que a qualidade de vida e do meio ambiente sejam asseguradas. Para que o desafio ambiental urbano seja superado, é necessária uma radicalização da democracia no seio da cidade, a qual concentra em si a totalidade da natureza e da cultura. Assim, a cidade não deve ser orientada apenas segundo a lógica do capital, caracterizada pela exploração dos homens e da natureza. Sabemos que a cidade encerra em si estruturas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais. É nesse sentido que a mesma deve ser o foco da educação ambiental (SOARES, 2006).

Acrescenta-se que a cidade, espaço socialmente produzido pelos homens, é vítima de uma realidade sofrível, como falta de saneamento básico dentre outros. É nesse sentido que a análise das contradições urbanas implica uma *dimensão política* que envolve "o direito à cidade" (LEFEBVRE, 1968) e a consciência ambiental sobre as grandes transformações para a compreensão do processo produtivo e da organização econômica e espacial do ambiente urbano. Sabe-se que por meio da técnica, o quadro natural é substituído pelo artefato, fazendo com que a cidade passe a reunir ciência e tecnologia. Mas sabemos que a própria vida não é produto da técnica, e sim da ação política que atribui sentido à materialidade. O desafio da cidadania consistiria em estabelecer um olhar ambiental sobre o cotidiano da cidade visando esclarecer as metamorfoses da atual sociedade e as contradições sociais presentes no ambiente urbano. Esta perspectiva visa não somente a obtenção de um conhecimento sobre essa realidade, mas também à sua transformação.

Sabemos que a cidade ideal/sonhada acompanhou as concepções urbanas amplamente conhecidas em nossa história. Elas remetem à Antiguidade, onde muitos pensadores buscaram idealizar uma cidade ideal, naquilo que Bárbara Freitag definiu

como "utopias urbanas". Em que pese os resultados muitas vezes desfavoráveis destas idealizações, elas perpetuaram-se ao longo do tempo e das sociedades. Estes modelos utópicos, tendo conhecido o seu fracasso pela dificuldade de implantação, devem ainda servir como inspiração às nossas ações, esperanças e objetivos. A utopia é, pois, necessária ao mundo (FREITAG, 2002: 17).

É neste sentido que a História Ambiental Urbana pode oferecer subsídios e fundamentos necessários ao estabelecimento da cidade que almejamos, em que as relações sócio-ambientais sejam pautadas pela sustentabilidade e a cidadania possa fazer parte do cotidiano de todos os habitantes. Urge superar o paradigma utilitário do capital, que depreda o meio ambiente e explora o trabalho dos seres humanos. Para tanto, faz-se necessário fomentar princípios democráticos no interior da vida urbana, em que todos os envolvidos possam manifestar-se quanto aos rumos do seu projeto de vida social. Somente assim, a cidade ideal ou sonhada poderá transformar-se em uma cidade real, em que o lazer e a qualidade de vida sejam assegurados.

Para nós, a cidade consiste em estratégica no contexto da globalização como espaço de luta, de investigação acadêmica e produção de novas relações sociais e educativas entre os humanos. Sendo assim, cada cidade deve ser estudada em seu contexto e inserida no sistema-mundo, considerando a articulação entre o local e o global, isto é, entre a ordem próxima e a ordem distante, tendo em vista as suas particularidades históricas. E através da História Ambiental poderemos estabelecer a relação entre sociedade e natureza no conjunto destas considerações.

Concretamente, nossa pesquisa, ainda em estado inicial, está sendo desenvolvida através do estudo de caso da cidade de Rio Grande - RS/Brasil, e tendo como conceitos chaves: *Cidade*, *Natureza* (ambiente) e *História*, poderá avançar nestes propósitos. Nossa base empírica é constituída por obras, artigos e relatos sobre a história e o ambiente desta cidade, relacionando, ainda, leis e outros documentos políticos. A partir de um recorte temporal em construção, buscaremos identificar representações sobre o ambiente de Rio Grande, deixando transparecer as concepções dos homens sobre a natureza da/na cidade.

Acreditamos, assim, na cidade enquanto espaço de formação social resultante de um processo histórico marcado por lutas de classes. Ela torna-se instigante a uma pesquisa inspirada na utopia de superação do existente, capaz de apontar para a *produção* de um ambiente urbano enquanto *obra* (LEFEBVRE, 1991) numa *cidade*

educadora com desenvolvimento humano sustentável para os seres humanos (GARCIA RUIZ; DELGADO, 2007).

Considerações Finais

Vimos que a problemática sócio-ambiental é muito pertinente no mundo contemporâneo. O sistema capitalista, através do processo globalizatório, têm diminuído a distância entre países e continentes, submetendo a natureza e os homens ao seu domínio econômico. É neste sentido que a cidade consitui-se como formação social privilegiada na reprodução da hegemonia do sistema produtor de mercadorias ou na sua eventual superação. Concluimos que a própria cidade é a síntese da relação com a natureza que se dá através do tempo (história) e no espaço (contexto social e global), tendo sido objeto de reflexões e abordagens por parte de historiadores e cientistas sociais a partir do século XIX.

Por meio da industrialização, o capitalismo trouxe à cidade a generalização do valor de troca em detrimento do valor de uso, acentuando a divisão do trabalho e produzindo novas necessidades de consumo. Desse modo, forja-se um mundo humano e uma natureza com face humana, que se subordina e se integra ao mundo social. O meio ambiente urbano, que chamamos de “segunda natureza”, irá assumir um caráter excludente e segregacionista no interior do sistema capitalista. Em consequência, os problemas ambientais não atingirão a totalidade do espaço urbano, incidindo com maior intensidade onde vivem as classes menos favorecidas, as quais presenciam a desvalorização do seu espaço de vida devido a insalubridade e aos riscos ambientais a que estão sujeitas.

Assim, pensamos que a superação do atual paradigma sócio-econômico-ambiental é tarefa urgente que se coloca à nossa geração e às vindouras, relacionando a cidade à idéia de emancipação dos indivíduos sob a perspectiva da cidadania e de superação do existente. É aqui que a História Ambiental Urbana assume a sua importância, visto que a mesma é capaz de nos proporcionar subsídios necessários à ruptura com as formas insustentáveis de interação entre os homens e o seu ambiente urbano e natural.

Bibliografia

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARLOS, Ana Fani. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, P; BRAGA, R. **Da Negação à Reafirmação da Natureza na Cidade: o conceito de “renaturalização” como suporte à política urbana**. Grupo de Pesquisa Análise e Planejamento Territorial – GPAPT, 2003. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/gpapt/Artigos%20pdf%20final/pompeu%20PDF/CARVALHO%20&%20BRAGA%20Simpurb%20Recife%202003.pdf>>. Acesso em 3 fev. 2009.

DRUMMOND, J. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FREITAG, B. **Utopias Urbanas**. Projeto Itinerâncias Urbanas, 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/grupo/barbara/utopias.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

FREITAS, I. **História Ambiental e Geografia**. XII Encontro Regional de Historia da ANPUH, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Ines%20Aguiar%20de%20Freitas.pdf>>. Acesso em 3 fev. 2009.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O direito à cidade**, 1968 [1969].

LEFF, H. **Construindo a História Ambiental da América Latina**. ESBOÇOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, N° 13, p. 11-26, 2005.

MACHADO, C; CIPRIANO, D; ROCHA, L.; SCHNEIDER, N. **A Educação e a Natureza da/na cidade: contribuições de Henri Lefebvre**. Relatório de Pesquisa (FURG/CNPq/2007-2008). Rio Grande, 2008.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002.

SCANDURRA, Enzo. **Natureza e Cidade**. Margem, São Paulo, n. 15, p. 135-152, jun. 2002

SOARES, M. **Cidade, cotidiano, cidadania: um olhar ambiental**. 29ª. Reunião Anual da ANPed - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006.

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT22-1738-Int.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

GARCIA RUIZ, Jaime; DELGADO, Sheyla G. et alli. **Fundamentación del Desarrollo Humano basado en un enfoque Transdisciplinar en América Latina y el Caribe (Cuba, Venezuela, Bolivia y México)**. Las Villas/Santa Clara: Cuba. 2007. [Projeto de Pesquisa].

WROSTER, D. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.